

CONGRESSO NACIONAL

Foram convocadas sessões para esta semana, destinadas à deliberação dos Vetos e do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram convocadas sessões e na pauta constam duas Propostas de Emenda Constituição (PEC).

- PEC 15/2022, que altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis. A ela está apensada a PEC 01/2022 que trata da liberação de benefícios a diversos setores. Boa parte da imprensa e da oposição tem se referido a ela por *PEC Kamikaze*, devido ao fato de que o impacto financeiro que ela vai gerar terá que ser assumido pelo próximo governo.

- PEC 11/2022, que institui o *piso salarial nacional do enfermeiro*, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR

Está na pauta da CAPADR o PL 3.853/2019 - do Senado Federal - que altera o Estatuto do Desarmamento, para autorizar a aquisição, por residente em área rural, de uma arma de fogo de uso permitido. O relator, dep. Afonso Hamm (PP-RS), deu parecer pela aprovação.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS

Está na pauta da CMADS o PL 5.467/2019 - da dep. Joenia Wapichana (REDE-RR) - que altera as leis 9.605/1998 e 6.001/1973, para reverter em benefício dos povos indígenas os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental cometida em terras indígenas. O relator, dep. Nilto Tatto (PT-SP), deu parecer pela aprovação.

SENADO FEDERAL

O Senado Federal não publicou a pauta de votação do Plenário.

OUTROS INFORMES

Povos indígenas

Na sessão do Congresso Nacional realizada na última terça-feira (05/07), foi derrubado o veto integral ao PL 5466/19,

da dep. Joenia Wapichana (Rede-RR). Desse modo, o Dia do Índio, celebrado em 19 de abril, passará a ser nominado *Dia dos Povos Indígenas*.

Código florestal e Pacote do Veneno

Integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado aproveitaram uma sessão esvaziada na manhã da última quinta-feira (07/07) para atropelar e fazer avançar duas propostas polêmicas e criticadas por ambientalistas. A bancada ruralista tenta votar o chamado PL do Veneno e também o PL que altera o Código Florestal para permitir a construção de reservatórios de água em áreas de preservação permanente (APPs), antes do recesso parlamentar.

Plínio destaca CPI das ONGs e do desmatamento

O sen. Plínio Valério (PSDB-AM) ressaltou, na última quinta-feira (07/07) em Plenário, a importância da CPI das ONGs e do desmatamento, que deverá ser instalada no Senado. Os requerimentos foram lidos na última quarta-feira (06/07). Esta CPI tem objetivo político e de pressão com relação a outros temas de interesses ambientais. As ONGs serão colocadas sob observação em um claro processo de tentativa de criminalização das entidades que atuam na defesa do meio ambiente e dos povos tradicionais.

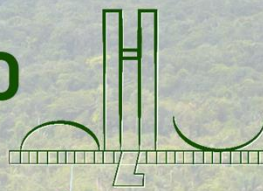
Ato reúne parlamentares e sociedade em defesa das empresas públicas

Hoje, 12/07, a Câmara dos Deputados sediará o Ato Público em Defesa da Petrobras e das Empresas Públicas, a partir das 13h30, no Auditório Nereu Ramos. No encontro serão debatidas as graves consequências das privatizações das empresas estatais promovidas pelo governo federal, principalmente as do setor energético.

Exploração e comercialização de Lítio

O governo federal editou o Decreto 11.120/2022 autorizando que empresas multinacionais gozem de liberdade total para explorar e comercializar o lítio e todos os derivados da substância. A mudança súbita retira a necessidade de aprovação prévia da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para o comércio exterior de lítio, como funcionava antes. Considerado um mineral crítico e essencial para a indústria de carros elétricos, o lítio passa a ocupar destaque substancial na posição brasileira na "transição energética". A edição do decreto acena para os interesses de empresas como a Tesla, de Elon Musk, uma das maiores do segmento de carros elétricos.

Governo institui Política Mineral Brasileira



O governo federal estabeleceu a Política Mineral Brasileira (Decreto 11.108/2022) com o objetivo de “valorizar e maximizar o aproveitamento racional dos recursos minerais do país”. O decreto também institui o Conselho Nacional de Política Mineral. Este conselho definirá as diretrizes para o Plano Nacional de Mineração e o Plano de Metas e Ações, destinados para o planejamento de longo prazo para o setor. A elaboração, monitoramento e avaliação ficarão sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia. O Plano Nacional de Mineração para os anos de 2022-2050 será elaborado em um prazo de 80 dias pela pasta. O Dep. Helder Salomão (PT-ES) apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para sustar a vigência do decreto presidencial que foi publicado sem nenhum diálogo com o parlamento e com as entidades da sociedade civil. Esta questão exige atenção e monitoramento especial.

Processo de Bruno e Dom é enviado à Justiça Federal

A Justiça do Amazonas decidiu enviar à Justiça Federal o processo sobre o assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips. A juíza da comarca de Atalaia do Norte (AM), Jacinta Silva dos Santos, atendeu a um pedido do MP amazonense, que considera o caso de competência federal. A ação tramita sob sigilo. Segundo a magistrada, os relatórios feitos pelas polícias Civil e Federal sobre as investigações concluíram que a motivação do crime estaria relacionada aos direitos indígenas, tema de responsabilidade da Justiça Federal.

Recesso Parlamentar e do serviço de informação

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal estarão em recesso legislativo entre os dias 17/07 e 01/08. Sendo assim, nosso informe será descontinuado neste período e retomado em caráter ordinário no mês de agosto conforme o calendário de atividades do Congresso. Contudo, permanecemos monitorando e, caso algo neste período exija atenção, informaremos.